Algo de novo:
pesquisa e formação na área da infância, adolescência e juventude

Flávia Ferreira Pires
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-0572-3542

Introdução

Este texto foi escrito por ocasião da Jornada Comemorativa dos 10 Anos da *DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, que teve como proposta debater o tema: *Viver no fim do mundo? Crianças e jovens em um mundo de esperanças e destroços*. Uma década de existência (e resistência) da revista. Sabemos que, no Brasil, sustentar e investir na produção de conhecimento através de um periódico científico é um grande desafio e requer muito trabalho em diferentes frentes. Um periódico na área da infância, interdisciplinar e em duas línguas, é desafio de grande monta.

Além da mesa de abertura, o evento contou com duas mesas. A primeira tratou de refletir sobre os desafios colocados quando se faz pesquisa e quando se forma profissionais na área da infância, adolescência e juventude; principalmente levando em conta a sua multi e interdisciplinariedade e a necessidade da construção de um corpus teórico próprio para pensar sobre as infâncias Latino-Americanas.

Frente ao atual cenário de desastres climáticos e perspectivas geopolíticas catastróficas, a segunda mesa, intitulada *Viver no fim do mundo? Crianças e jovens em meio às esperanças e destroços*, trazia como mote uma questão provocadora. Será que as crianças e jovens podem ou querem mudar o movimento do mundo?

Minha contribuição foi solicitada para a primeira mesa, intitulada *Pesquisa e Formação na área da Infância, Adolescência e Juventude*.

Este texto tem como base minha trajetória como professora e pesquisadora na área das infâncias, desde a Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa e o grupo de pesquisa que lidero – CRIAS: Criança, Cultura e Sociedade[1]. O objetivo do artigo é discorrer sobre: 1) os desafios da constituição multi e interdisciplinar da área em que estamos imersas; e 2) como produzir teoria crítica que sirva às nossas infâncias latino-americanas. Todavia, a chamada da segunda mesa me fez refletir sobre os destroços e esperanças não apenas nas vidas das crianças, mas da pós-graduação brasileira. Por isso, ao final do texto, procuro abarcar a reflexão sobre a metáfora do "fim do mundo" para a infância e a juventude na atualidade. Como a universidade pode favorecer uma linha de fuga para os problemas que enfrentam as crianças atualmente? Nesse texto, ouso elaborar essa questão. Vislumbro algumas possibilidades de resposta. Mas sei que uma resposta categórica ultrapassa as capacidades desse pequeno texto.

Pano de fundo

Muito se fala de uma apatia generalizada que impera nas universidades, nos cursos de graduação e de pós-graduação, por parte dos estudantes e professores. Diz-se que a crise foi agravada pela pandemia, mas já era sentida. Baixos salários, poucas bolsas, escasso incentivo à pesquisa e à permanência na academia. Tudo isso resultaria em atitudes pouco engajadas por parte do alunado e desesperança em relação ao futuro. Ao mesmo tempo, fala-se em uma crise de paradigmas, uma não possibilidade de explicar o mundo.

1 No Instagram: @criasufpb.

Multi e interdisciplinaridade

Nunca ouvi alguém dizer que é contra a interdisciplinaridade. Mas é fato que, embora seja fácil pregá-la e prescrevê-la, é muito difícil praticá-la. A estrutura das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com suas subdivisões específicas, age como um empecilho para alcançarmos financiamento para venturas acadêmicas interdisciplinares. Para começar, para onde enviamos projetos interdisciplinares se a estrutura é disciplinar? Nossos pares estão em condições de avaliar projetos interdisciplinares quando elaboram seus pareceres no CNPq? Não há uma diretriz clara do CNPq sobre projetos interdisciplinares, o que parece ser uma regra tácita: não complique!

Para exemplificar, venho dialogando e trabalhando com uma colega da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora Alexandra Cleopatre Tsallis, da Pós-graduação em Psicologia Social, cuja formação e atuação é na psicologia social. Já tentamos financiamento para dois projetos de pesquisa no CNPq, mas ambos não foram contemplados. Enviamos um projeto para o comitê da Antropologia e outro para o comitê de Psicologia. Minha colega Alexandra já ministrou três disciplinas na UFPB de forma presencial, e eu já estive na UERJ de forma presencial uma vez. Todos esses deslocamentos e custos associados – viagem, hotel, alimentação – foram custeados pelos nossos salários. Chegando ao ponto de pagar para trabalhar. O desafio de produzir uma revista interdisciplinar é semelhante. Em que área se inscrever nos editais? E mais, para que público se escreve?

Considerando a formação do corpo discente, questiono: um estudante de mestrado, pressionado pelo prazo de dois anos para realizar uma pesquisa, que, no caso da antropologia, é empírica e requer trabalho de campo, terá disponibilidade para explorar textos de outras áreas?

Os *bricolers*[2], ou seja, pesquisadores que dialogam com mais de uma área disciplinar, que são capazes de combinar autores, teorias e abordagens de diferentes áreas disciplinares, tiveram um avanço recente. Recentemente foi anunciado que o Qualis Periódico da Capes finalmente levará em conta a avaliação do periódico na sua área de origem, deixando de punir os profissionais que publicam em áreas que não são originalmente as suas.

Sou um exemplo das dificuldades que a interdisciplinaridade impõe. À medida que sou convidada para eventos fora da minha área de origem, e que muito me honram, reduzem-se os convites para eventos na minha própria área de origem. A dificuldade de diálogo com a Antropologia é marcante. Parece que as crianças ainda são vistas como acessórios nas pesquisas ou, no máximo, como uma via de acesso a determinada sociedade. Nesse caso, são vários os exemplos de pesquisas em que as crianças aparecem como porta de entrada, facilitadoras do diálogo com os adultos. Mas quando se trata de levar a sério o que as crianças têm a dizer ou a importância da infância enquanto categoria estrutural, onde estão as minhas colegas de disciplina? Posso dizer que somos

2 Aqui utilizo a expressão com inspiração livre na obra *O pensamento selvagem* do antropólogo francês estruturalista Claude Lévi-Strauss. Para ele, o pensamento selvagem trabalha a partir da escolha e combinação de uma série limitada de possibilidades. A bricolagem é esse trabalho de saber escolher e combinar elementos diversos e de diferentes locais para a produção de algo novo. Nesse sentido, o *bricoler* é o agente da bricolagem (LÉVI-STRAUSS, 1970).

menos de uma dezena no Brasil. A Antropologia parece ter uma dificuldade atávica em lidar com as crianças e as infâncias, como se fossem apenas assuntos da Psicologia e da Educação. Existe, inclusive, um artigo com título sugestivo – *Por que os antropólogos não gostam de criança?* – cujo objetivo central é refletir sobre essa dificuldade (HIRSCHFELD, 2016).

De minhas colegas, a quem respeito, já ouvi questionamentos sobre a validade dos rótulos "Antropologia das Crianças" ou "Antropologia das Infâncias". Ora, o rótulo é, sobretudo, uma afirmação política no sentido da luta por espaço no meio acadêmico, não uma afirmação de exclusividade empírica. Trabalhamos com crianças, mas também trabalhamos com todos os grupos geracionais, porque não faria sentido isolar as crianças em "culturas infantis" impermeáveis. No clássico: *As trocinhas do Bom Retiro*, Florestan Fernandes deixa evidente a relação do folclore adulto europeu com as brincadeiras de rua das crianças em São Paulo nos anos 1940 (FERNANDES, 2016). Mesmo no parquinho, entre si, entre pares, sem a presença de adultos, nunca poderíamos afirmar que elas constituem um mundo à parte. Elas estão inseridas em estruturas econômicas, políticas, familiares, que condicionam a vida. Dessa forma:

> [...] não faz sentido estudar crianças por elas próprias sem uma necessária e fundamental atenção às relações sociais – esse sim é o foco de análise e não crianças ou adultos, como se pertencessem a mundos, ou sociedades, nas palavras de Pires (2008), opostos. Ao contrário, adultos e crianças não estão no mundo em uma relação de oposição, mas de interdependência. Logo, as pesquisas sempre deveriam atentar para as preposições também interdependentes com e sobre crianças, isto é, "quando estudamos as crianças é preciso incluir os adultos" (PIRES, 2008, p. 140 apud MÜLLER, 2020, p. 14).

Christina Toren, antropóloga que fez longo trabalho de campo em Fiji, assim como Manuela Ferreira e Angela Nunes, pesquisadoras portuguesas, vão na mesma direção quando afirmam a necessidade da inclusão das crianças. Vejamos os motivos:

> apenas [as crianças] podem nos dar acesso ao que elas sabem sobre o mundo e as pessoas, e o que elas sabem pode dar-nos elementos para uma compreensão analítica **que não podem ser obtidos de nenhum outro modo** (TOREN apud FIANS, 2013, p. 175, grifo meu).

> Escutar a(s) voz(es) das crianças constitui, portanto, no plano epistemológico, uma questão nodal. Por um lado, porque se assumem como legítimas as suas formas de comunicação e relação, mesmo que se expressem diferentemente dos adultos. Por outro, porque se considera relevante que o que elas têm a dizer aos adultos são contributos importantes sem os quais a **compreensão da vida em/nas sociedades seria incompleta** (FERREIRA; NUNES, 2014, p. 107, grifo meu).

Obviamente, a chamada Antropologia das Crianças ou Antropologia das Infâncias são "campos" em disputa, um conceito *bourdiesiano* que dá conta das lutas de poder internas ao campo acadêmico (BOURDIEU, 2003). Muitas colegas abrem mão de um grupo de trabalho ou mesa redonda nos nossos encontros mais relevantes, como a Reunião Brasileira de Antropologia ou a Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), onde avançaríamos o debate em relação à centralidade das infâncias nos tempos atuais e os ganhos de uma pesquisa de campo

focada nas crianças. Dizem que seria melhor pulverizar o debate em todos os grupos de trabalho e mesas redondas do evento, afirmando inclusive que isso aumenta o número de pesquisas com crianças. Não estou de acordo.

Não se avança teoricamente e metodologicamente sem o encontro dos pares. Quem não sabe quem foi Fúlvia Rosemberg não tem condições de discutir um texto que parta do compromisso ético na pesquisa sobre infância. Quando estamos em Grupos de Trabalhos que falam de outros temas, por exemplo, no meu caso, transferência de renda, somos ouvidas com desconfiança em relação à metodologia e incredulidade em relação aos dados. Sempre respondo perguntas sobre metodologia, pois parece impossível para alguns que crianças sejam capazes de uma análise crítica da sua realidade. Raramente a discussão avança para além dos procedimentos e técnicas metodológicas. Acho que isso se explica, pelo menos, por dois motivos. Primeiro, porque nossa sociedade é adultocêntrica e não presta atenção às crianças; não são apenas os antropólogos que não gostam de crianças, como afirmou Hirschfeld (2016), mas toda a academia e a sociedade. Segundo, porque são poucas as pesquisas que partem de um ponto de vista crítico e comprometido com o bem-estar das crianças.

Não estudamos crianças para ficar presas a elas. Que tipo de explicação de mundo estudar com as crianças permite alcançar? O que poderíamos saber recorrendo à pesquisa com elas que de outra maneira seria impossível? Para dar um exemplo, ao estudar entidades denominadas de *mal-assombros*, que assustam crianças em uma pequena cidade do sertão da Paraíba, "torna-se possível desconstruir e relativizar as próprias categorias de religioso e de religião", como afirmaram minhas colegas antropólogas Roberta Campo e Mísia Reesink da Universidade Federal de Pernambuco. (CAMPOS; REESINK, 2011, p. 218-219).

Em entrevista concedida a Pires e Nascimento (2014), Allison James foi incisiva ao afirmar a necessidade de pensar para além de temas estritamente infantis:

> O que eu acho que vai acontecer, ou pode acontecer, é que podemos perder – a não ser que nos Estudos da Infância se comece a lidar com questões mais teóricas e conceituais – o propósito crítico, e pode se tornar novamente um assunto periférico. Portanto, precisamos mostrar o valor de trazer a perspectiva das crianças a respeito de outros assuntos para além do que diz respeito apenas às crianças. Nós não precisamos realmente saber mais sobre o que acontece no parquinho, porque nós já sabemos mais ou menos o que acontece no parquinho. Mas precisamos compreender mais, por exemplo, o papel das crianças na economia familiar ou o aspecto político das crianças e da infância (JAMES apud PIRES; NASCIMENTO, 2014, p. 939-940).

E arremata:

> [...] Nós já temos descrições do dia a dia das crianças suficientes – o que não temos suficiente é a contribuição que os estudos das crianças e da infância podem dar aos grandes problemas e debates – o que acontece com esses problemas e debates quando você os estuda a partir da perspectiva dos Estudos da Infância? Muitos *insights* e novas ideias interessantes surgem... É isso que é necessário (PIRES; NASCIMENTO, 2014, p. 944).

A interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade colocam desafios que precisam ser perseguidos. A disciplinaridade, no caso da pesquisa com crianças na Antropologia, funciona como uma afirmação política de um campo. Essa afirmação alinha-se à luta política das crianças por reconhecimento social e vida digna. Por isso, não me desagrada afirmar a existência da Antropologia das Crianças, através de disciplinas que ministro e textos que escrevo. Ao mesmo tempo, não me parece nada razoável abrir mão de toda a produção sobre infância da Psicologia e da Educação, apenas para citar dois campos bastante produtivos.

Teoria a partir e para nossas crianças

Embora trate especialmente da população negra, o pensamento de Fanon (2020, 2022) pode ser expandido para refletir sobre como, nós brasileiros, muitas vezes quisemos imitar a academia europeia e, mais recentemente, a estadunidense. É uma das facetas perversas do colonialismo, a vontade de ser igual ao opressor, que se expressa por uma atitude servil frente ao colonizador. Infelizmente, muitos programas de disciplinas na pós-graduação ainda são baseados em autores dessas regiões. Nossas alunas e colegas, quando pensam em fazer um estágio no exterior, raramente consideram países na América Latina, Ásia ou África. Mas isso vem mudando.

O grande problema, como está colocado em um texto de duas colegas que trabalham com religiões, é que, ao se desconsiderar o conhecimento produzido nesses locais, excluímos também os povos êmicos. Esse texto, cujo título é muito interessante, *Mudando de eixo e invertendo o mapa* (CAMPOS; REESINK, 2011), é uma resposta a uma recessão realizada sobre a Antropologia da Religião brasileira publicada em uma coletânea. No caso em questão, as pesquisas produzidas no Norte e Nordeste do Brasil haviam sido deixadas de lado completamente. Do que se trata? Ignorância, esquecimento ou projeto de esquecimento? É preciso ter em mente que, ao excluirmos os nossos pares pesquisadores brasileiros e latino-americanos, excluímos as nossas crianças também, na medida em que, na maioria dos casos, pesquisamos com os grupos de crianças dos nossos países. Quem melhor poderia pesquisar nossas crianças senão nós mesmos? Não digo que a alteridade seja um empecilho ao conhecimento, muito pelo contrário. Na antropologia, apostamos na alteridade como fundamento para a produção científica. A questão é a preferência por autores estrangeiros ao contexto local ou a exclusão peremptória dos pesquisadores êmicos.

Algo muito parecido opera no campo dos Estudos das Infâncias. Somos muitas vezes impelidas a trabalhar com conceitos, teorias e autores estrangeiros, na maioria europeus e estadunidenses. Para publicar, precisamos citar esses "certos autores", isso não apenas nas revistas estrangeiras, mas também nas nossas próprias revistas. Não estou dizendo que as grandes autoras não tragam contribuições, trazem, mas não são apenas elas que trazem boas contribuições. O que Berry Mayall, Allan Prout, David Lancy compreendem sobre as crianças brasileiras que Maria Letícia Nascimento, Lúcia Rabello de Castro e Antonella Tassinari não poderiam compreender?

Tomemos o exemplo do conceito de agência, largamente trabalhado por Allison James, professora aposentada e uma das exponentes na construção dos Estudos das Infâncias. O conceito dá conta da ação das crianças. Pode parecer algo muito simples, mas não é. Dizer que as crianças agem é um ponto de partida, nunca um ponto de chegada. Em que medida dizer que as crianças brasileiras têm agência responde aos interesses delas?

Se não atende aos interesses das crianças, a pesquisa que fazemos não acata princípios éticos, e por que insistimos em fazer? Essa insistência releva nossa dificuldade de desvincular da academia europeia e norte-americana. Em que medida mostrar que as crianças têm capacidade de lidar com as contrariedades da vida cotidiana e demonstram criatividade diante das adversidades configura um projeto de pesquisa válido? Suas tiradas divertidas produzem sempre risadas na plateia. Mas qual é o nosso compromisso, enquanto pesquisadoras das infâncias, com o bem-estar das crianças? Estamos aqui porque temos um compromisso político com a melhoria das condições de vida das crianças, e não apenas para apresentar resultados de pesquisa que façam rir a plateia com as tiradas desconcertantemente engraçadas das crianças. Muito menos estamos aqui para dar crédito a autores estrangeiros que nada sabem das crianças brasileiras.

Na minha experiência docente, foram as alunas que exigiram mudanças nos programas de curso. No caso do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), da UFPB, tivemos um forte apelo por autoras mulheres e, sobretudo, negras. A partir da constituição de um coletivo de alunas(os) negras(os), NEAN OJU OBÁ[3], mudanças muito importantes vêm sendo operadas na pós-graduação. O coletivo surgiu em oposição a uma política de distribuição de bolsas de estudo de mestrado e doutorado que não levava em conta a questão racial. Desde então, muito já foi feito.

Para dar um exemplo pessoal, não li Lélia Gonzalez na minha formação de mestranda e doutoranda no Museu Nacional, entre os anos de 2001 a 2007. Além disso, Margaret Mead sempre foi considerada uma autora menor – mesmo tendo sido a primeira antropóloga a fazer um estudo de fôlego –, uma monografia, como chamamos – com foco na vida doméstica e cotidiana de meninas semipúberes (MEAD, 1961/1928). Por que Mead é considerada uma autora livresca, quase um passatempo[4]?

Daqui donde falo, uma universidade periférica, enfrentamos problemas básicos de base material que atingem docentes e discentes. Não temos financiamento para as pesquisas dos estudantes, e no nosso caso, fazer trabalho de campo é essencial e pode ser dispendioso. Não temos um número de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado suficiente para atender aos que têm vocação para a área acadêmica. O valor das bolsas, como todas sabem – e compartilhamos isso com todo o Brasil –, é insuficiente para manter uma pessoa, que dirá uma família. Esbarramos na falta de infraestrutura para estudos – como bibliotecas de qualidade, internet, acesso gratuito aos periódicos pagos, salas para estudo dos discentes. Na verdade, é vergonhoso dizer, muitas vezes falta energia elétrica, água e papel higiênico nos banheiros. Nosso grupo de pesquisa, o CRIAS, com mais de uma década de existência, não tem sede, ou seja, não tem onde se reunir, e a cada encontro ficamos procurando sala disponível. A revista do nosso programa, Áltera – *Revista de Antropologia*[5], não tem qualquer fonte de financiamento. Como programa nota 4, o que recebemos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) no ano passado foi na ordem de R$ 44.000,00 para mais de 100 discentes e 21 docentes. Sei que trabalhamos no contexto da universidade pública brasileira, precarizada, um cenário

3 Instagram: Negritudes na Pós - PPGA/UFPB (@negritudesnoppga_ufpb).

4 Em outro momento, apresentei os ganhos epistemológicos do pensamento de Margaret Mead, largamente abandonado pela Antropologia, inclusive, pouco usado pelas antropólogas que incluem as crianças suas pesquisas (PIRES, 2010). A ideia é que a ênfase etnográfica de Mead pode ser útil para expandir a compreensão antropológica.

5 Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/index.php/altera>. Acesso em: 30 ago. 2024.

nacional, mas temos algumas ilhas de produção de "excelência". Veja bem, não são programas de excelência, ou seja, nota 7 na Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por obra do acaso. Mas porque tiveram investimentos reais em infraestrutura e pesquisa que permitiram aos discentes e docentes alcançarem os degraus mais altos da hierarquia acadêmica. Meus colegas de programas nota 7[6] contam com passagens e diárias para congressos, têm garantida a revisão e tradução de seus artigos, o alunado conta com bolsas de estudos, incentivo financeiro para fazer pesquisa de campo, suas revistas contam com financiamento etc.

Depois de tanta precariedade, as perguntas que ficam são: como fazer pesquisa de qualidade? Como formar os novos docentes e pesquisadores? Como promover o entusiasmo pela universidade e pela ciência?

O que aponto, do ponto de vista de uma universidade do Nordeste, poderíamos expandir para a relação entre países do Norte e do Sul. O que está por trás disso tudo? Uma política acadêmica desigual, que reflete a velha díade império/colônia.

Algo de novo

Felipe Tuxá, jovem indígena no Sul da Bahia, é filho de um motorista da Funai. Quando criança, tinha contato com os antropólogos que chegavam à aldeia ou através das viagens do pai, que o levava quando podia. Desde pequeno, via os antropólogos como pessoas muito importantes, que com seus laudos eram capazes de dar garantias da terra para os povos indígenas. Há 2 anos, Tuxá é professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e professor da Pós-graduação em Antropologia, o primeiro professor indígena da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estudou na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade de Brasília (UnB).

Edilma do Nascimento é paraibana de João Pessoa. Seu pai não chegou a frequentar a escola. Era motorista. Quando a lei passou a exigir estudos para renovar a carteira, deixou de exercer a profissão. Sua mãe começou a estudar aos 18 anos de idade. Edilma estudou na UFPB na graduação e no mestrado, fez doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É uma mulher negra. Hoje é professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), atualmente cedida para o Ministério da Igualdade Racial, onde trabalha em Brasília como Coordenadora Geral de Políticas para Povos Ciganos.

Recentemente, Tuxá ministrou a aula inaugural no nosso programa de pós-graduação. Raramente vi uma plateia tão entusiasmada, cada palavra do pesquisador sendo comungada – agora a universidade é nossa também! Em determinado momento, a plateia chegou a gritar em uníssono: "as cotas abrem portas!"

Esses dois exemplos apontam para a existência de algo novo em curso na academia brasileira, que foi acionado pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), atualizada em 13 de novembro de 2023 pela Lei nº 14.723 (BRASIL, 2023): as políticas de

6 O sistema de notas dos programas de pós-graduação é um *ranking* de avaliação que vai de 7, maior nota, a 3, menor nota, realizado pela CAPES.

cota de acesso à universidade[7]. Sua implementação possibilitou que muitas famílias, antes alijadas dos estudos universitários, tivessem acesso pela primeira vez ao curso superior. O que isso significa? O que é ser doutora com doutorado em Engenharia para uma jovem cuja mãe é analfabeta e o pai nem na certidão de nascimento existe? O que é ser o primeiro professor universitário indígena em um curso como o de Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)?

Do ponto de vista desses sujeitos, suas famílias e comunidades, temos aí uma revolução. Mas e a universidade[8]? O que acontece quando ela acolhe esses que eram seus "objetos" de investigação: os pobres, os negros, os indígenas, quilombolas? Claro que a inclusão não é uma concessão benfazeja dos altos conselhos das universidades, mas resultado da luta política desses povos pelo seu direito de existir e de serem incluídos na humanidade. Mas vamos estender este pensamento às infâncias? Ao compartilhar o espaço universitário com outros grupos, as crianças – como grupo mais suscetível às vulnerabilidades sociais – trariam ganhos ao coletivo. Falo não apenas das crianças de populações tradicionais, como ribeirinhos, indígenas, quilombolas, ciganos, mas também das crianças como grupo oprimido geracionalmente. O que aconteceria se as crianças fossem bem-vindas nas universidades?[9]

Se há destroços, há esperança. Essa esperança vem da diversidade de corpos na universidade, presença que ainda precisa ser reafirmada a cada dia. É uma produção acadêmica feita por indígenas, quilombolas, pretos e pardos, membros de comunidades tradicionais e seus parceiros que trará o aporte teórico e as abordagens ético-metodológicas que precisamos na direção de uma sociedade mais democrática. Ao mesmo tempo, a presença dos diversos grupos geracionais no ambiente universitário pode caminhar na direção de nova ciência que atenda aos interesses das crianças, adolescentes e jovens latino-americanos. Parece-me que esse é um caminho.

7 Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2023).

8 É fundamental perguntar também o que acontece com a Antropologia nesses casos, mas isso já é assunto para um outro momento.

9 Na Universidade Federal da Bahia, coordenado pela professora Juliana Prates, existe um projeto muito acalentador e bem-sucedido nesse sentido, o Crianças na UFBA. Trata-se de um projeto Interdisciplinar com o objetivo de ocupar o espaço universitário pelas crianças da comunidade acadêmica e da cidade de Salvador. A proposta baseia-se na brincadeira e oferece um espaço livre de consumo. Instagram: criancasnaufba/.

Agradecimentos

Agradeço à Lúcia Rabello de Castro pelo convite para participar do seminário comemorativo dos 10 anos da *DESIDADES*: foi uma oportunidade inspiradora, que me levou a refletir e escrever sobre a temática em tela. Agradeço também à Juliana Siqueira de Lara, por sua gentileza característica, e à Laura Marques Lopes, pela leitura e pelas contribuições a este texto. Ao CNPq agradeço pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa 2.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 30 ago. 2024.

_____. Presidência da República. **Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CAMPOS, R. B. C.; REESINK, M. L. Mudando de eixo e invertendo o mapa: para uma antropologia da religião plural. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 209-227, 2011.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDES, F. As "trocinhas" do Bom Retiro. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 229-250, 2016.

FERREIRA, M.; NUNES, A. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 103-123, jan./abr. 2014.

FIANS, G. M. Uma antropologia além da cultura e da sociedade: entrevista com Christina Toren. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2013.

HIRSCHFELD, L. A. Por que os antropólogos não gostam de crianças? **Latitude**, Maceió, v. 10, n. 2, 2016.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

MEAD, M. **Coming of Age in Samoa**: a psychological study of primitive youth for Western civilization. New York: Morrow Quill, 1961 (Original de 1928).

MÜLLER, F. **De Vereda ao Plano Piloto**: uma etnografia das travessias no ônibus escolar. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

PIRES, F. F. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 137-157, 2010.

PIRES, F. F.; NASCIMENTO, M. L. B. P. Propósito crítico: entrevista com Allison James. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 931-950, set. 2014.

Resumo A partir da experiência como docente e pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba, este ensaio tem como objetivo discorrer sobre: 1) os desafios da constituição multi e interdisciplinar na área dos estudos da infância, especialmente pensando a Antropologia; e 2) como produzir teoria crítica que sirva às nossas infâncias e paute o bem-estar das nossas crianças. Propõe analisar as mudanças recentes no cenário universitário a partir da Lei nº 12.711/2012, das políticas de cotas de acesso à universidade, vistas como possibilidade de promover soluções criativas para o cenário de destroços e desesperanças da sociedade brasileira atual.

Palavras-chave: estudos da infância, Lei nº 12.711/2012, antropologia da criança, infância, interdisciplinaridade.

Algo nuevo:
investigación y formación en el área de infancia, adolescencia y juventud

Resumen Basado en mi experiencia como docente e investigadora en la Universidad Federal de Paraíba, este ensayo pretende discutir 1) los desafíos de la constitución multi e interdisciplinaria en el área de estudios de la infancia, especialmente con la Antropología en mente; y 2) cómo producir teoría crítica que sirva a nuestras infancias y promueva bienestar para nuestros niños. Se propone analizar los recientes cambios en el escenario universitario a partir de la Ley nº 12.711/2012, de las políticas de cuotas para ingreso a la universidad, vista como una posibilidad de fomentar soluciones creativas para el escenario de ruina y desesperanza existente en la sociedad brasileña actual.

Palabras clave: estudios sobre la infancia, Ley nº 12.711/2012, antropología de la niñez, infancia, interdisciplinariedad.

Something new:
research and high education in the field of childhood, adolescence and youth

Abstract Based on my experience as a lecturer and researcher at the Federal University of Paraíba, this essay aims to discuss 1) the challenges of multi- and interdisciplinary constitution in the field of childhood studies, especially with Anthropology in mind; and 2) how to produce critical theory that serves our childhoods and promotes well-being for our children. It proposes to analyze the recent changes in the university scenario, starting with Law no. 12.711/2012, and the quota policies for university admission, which are seen as a possibility of fostering creative solutions to the scenario of wreckage and hopelessness in Brazilian society today.

Keywords: childhood studies, Law no. 12.711/2012, anthropology of the child, childhood, interdisciplinarity.

DATA DE RECEBIMENTO: 31/08/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 16/01/2025

Flávia Ferreira Pires

Professora da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. Bolsista de Produtividade do CNPq. Áreas de estudo: políticas públicas, vida social e política de crianças e adolescentes em sua maioria às margens do Estado e de direitos. Líder do grupo de pesquisa CRIAS. Mãe de duas meninas.

E-mail: ffp23279@gmail.com